

O presente artigo analisa as políticas culturais realizadas e propostas pelo governo dirigido por Tarso Genro no estado do Rio Grande do Sul no primeiro ano do mandato de 2011-2014 e suas relações com a política cultural do governo federal. Tem por intuito verificar as principais mudanças e as diferenças de programas culturais entre as políticas Tarso/Lula e Dilma, com enfoque nas ações realizadas dentro do setor cinematográfico para o desenvolvimento e organização desta área no Estado. Analisando os respectivos planos e ações implementados, o artigo apresentará as semelhanças e diferenças entre eles, ou seja, as políticas que apresentaram efetividade, as que estão em processo de consolidação e aquelas que receberam outro direcionamento em função de questões diversas, tais como características contextuais políticas, econômicas, sociais e culturais locais. O percurso deste artigo se dará sempre enfocando as políticas cinematográficas inseridas no contexto cultural das gestões de governo. Na pesquisa foram utilizados dados primários e secundários, sendo os dados primários obtidos através de entrevistas com representantes dos governos estadual e federal e representantes do setor. Os dados secundários foram obtidos através de consulta a documentos como planos de governo, textos de base utilizados na campanha dos atuais governantes no estado do Rio Grande do Sul e no governo federal, bem como outros relatórios e documentos das secretarias de estado. No referencial teórico será abordado o conceito de cultura, com destaque para as diferentes abordagens, bem como as questões teóricas referentes ao debate sobre políticas públicas. Como resultados preliminares, observou-se a manutenção de mecanismos de incentivos já adotados nos governos estaduais anteriores ao governo Tarso, com aprimoramento apenas nos critérios e no processo de alocação dos recursos através dos antigos mecanismos. Em alinhamento com a política federal, o governo estadual também alinhou-se com a política de cultura desenvolvida pelo governo Lula e continuada pelo governo Dilma, no que concerne à ampliação dos pontos de cultura. Embora não tenham pontos específicos ligados ao setor cinematográfico, tais pontos de cultura incorporam questões ligadas ao audiovisual.